

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS (MPE/TO)
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS EM CARGOS DE
NÍVEL SUPERIOR, NÍVEL MÉDIO E NÍVEL FUNDAMENTAL
EDITAL N.º 2/2006 – MPE/TO – ADMINISTRATIVO, DE 25 DE MAIO DE 2006

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS (MPE/TO) torna pública a **retificação** dos conhecimentos específicos para os **cargos 7 e 19**, constantes dos objetos de avaliação do subitem **12.2.1.2** do Edital n.º 1/2006 – MPE/TO – Administrativo, de 16 de maio de 2006, publicado no *Diário Oficial do Estado do Tocantins*, conforme a seguir especificado, permanecendo inalterados os demais itens e subitens do referido edital.

ONDE SE LÊ:

CARGO 7: ANALISTA MINISTERIAL ESPECIALIZADO – CIÊNCIAS JURÍDICAS: (...) 3 Legislação do Ministério Público: direitos e garantias fundamentais. Organização do Estado. Organização dos Poderes. O Ministério Público nas Constituições Federal e Estadual. Organização do Ministério Público do Estado do Tocantins (Lei Federal n.º 8.625/93 e Lei Complementar Estadual n.º 12/96, com alterações supervenientes). Servidor público nas Constituições Federal e Estadual. **Regime jurídico dos servidores públicos civis do Ministério Público do Estado do Tocantins (Lei Complementar Estadual n.º 10.098/94, com alterações supervenientes).** (...)

CARGO 19: ANALISTA MINISTERIAL – CIÊNCIAS JURÍDICAS: 1 Direito Constitucional, Direito Administrativo e Legislação do Ministério Público: direitos e garantias fundamentais. Organização do Estado. Organização dos Poderes. O Ministério Público nas Constituições Federal e Estadual. Organização do Ministério Público do Estado do Tocantins (Lei Federal n.º 8.625/93 e Lei Complementar Estadual n.º 12/96, com alterações supervenientes). Servidor público nas Constituições Federal e Estadual. **Regime jurídico dos servidores públicos civis do Ministério Público do Estado do Tocantins (Lei Complementar Estadual n.º 10.098/94, com alterações supervenientes).** Improbidade administrativa (Lei n.º 8.429/92, com alterações supervenientes). (...)

LEIA-SE:

CARGO 7: ANALISTA MINISTERIAL ESPECIALIZADO – CIÊNCIAS JURÍDICAS: (...) 3 Legislação do Ministério Público: direitos e garantias fundamentais. Organização do Estado. Organização dos Poderes. O Ministério Público nas Constituições Federal e Estadual. Organização do Ministério Público do Estado do Tocantins (Lei Federal n.º 8.625/93 e Lei Complementar Estadual n.º 12/96, com alterações supervenientes). Servidor público nas Constituições Federal e Estadual. **Estatuto dos Servidores Públicos Civis da Administração Direta e Indireta dos Poderes do Estado do Tocantins (Lei n.º 1.050, de 10 de fevereiro de 1999, com alterações supervenientes).** (...)

CARGO 19: ANALISTA MINISTERIAL – CIÊNCIAS JURÍDICAS: 1 Direito Constitucional, Direito Administrativo e Legislação do Ministério Público: direitos e garantias fundamentais. Organização do Estado. Organização dos Poderes. O Ministério Público nas Constituições Federal e

Estadual. Organização do Ministério Público do Estado do Tocantins (Lei Federal n.º 8.625/93 e Lei Complementar Estadual n.º 12/96, com alterações supervenientes). Servidor público nas Constituições Federal e Estadual. **Estatuto dos Servidores Públicos Civis da Administração Direta e Indireta dos Poderes do Estado do Tocantins (Lei n.º 1.050, de 10 de fevereiro de 1999, com alterações supervenientes)**. Improbidade administrativa (Lei n.º 8.429/92, com alterações supervenientes). (...)

JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU
Procurador-Geral de Justiça